



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 104/26

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva;
- Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2017, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.
- Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a LDB e institui a reforma do ensino médio.
- Decreto Estadual nº 54.758, de 10 de setembro de 2009, que dispõe sobre os Centros de Estudos de Línguas (CELs).
- Lei Estadual nº 17.861, de 22 de dezembro de 2023, que institui o Programa de Intercâmbio “Prontos pro Mundo”.
- Lei Orgânica do Município;
- Lei Municipal nº 11.832, de 28 de junho de 1995, que dispõe sobre a introdução do estudo da língua espanhola nas escolas municipais de 1º e 2º graus, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 12.392, de 24 de junho de 1997, que dispõe sobre o ensino da Língua Italiana nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.278, de 5 de outubro de 2015, que institui o Fundo Municipal de Cultura de São Paulo, destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos culturais;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Portaria SME nº 2.853, de 24 de abril de 2012, que dispõe sobre Projetos de Línguas Estrangeiras na rede municipal.
- Portaria SME nº 5.877, de 7 de outubro de 2014, que atualiza e regulamenta os Projetos de Línguas Estrangeiras.
- Instrução Normativa SME nº 17, de 5 de abril de 2022, que regulamenta os Centros de Estudos de Línguas Paulistano (CELPs).
- Lei Municipal nº 17.257, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a criação de Escola de Idiomas no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 18.121, de 16 de maio de 2024, que altera a Lei nº 17.257, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a criação de Escola de Idiomas no Município de São Paulo, e dá outras providências,.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente..

São Paulo, 07 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068